

Sociologias da literatura

Do reflexo à reflexividade¹

André Botelho e Maurício Hoelz

Afirmar que as relações entre literatura e sociedade são o tema da sociologia da literatura, mais do que uma definição convencional, provavelmente dicionarizada, pode reiterar uma falsa aparência de estabilidade onde antes existe controvérsia, e, pelo que tudo indica, sem qualquer consenso significativo à vista. Sem falar no inconveniente de pretender formalizar em uma única disciplina questões que há muito constituem objeto de filósofos, historiadores e críticos de arte em geral, além de simplificar categorias nada óbvias como “literatura” e “sociedade” em visões demasiado ordeiras. E, talvez, o mais grave, ao menos entre sociólogos, a imagem de uma “sociologia da literatura” acaba por sugerir certo sentido unívoco à sociologia mesma, como se também ela significasse algo estável em termos de objetos, teorias e métodos. Por isso, se nos parece justo, como sugerem Carlos Altamirano e Beatriz Sarlo (2001, p. 8), que, “de uma perspectiva sociológica, se podem dizer muitas coisas sobre a literatura, mas não se pode dizer tudo”, também nos parece necessário, desde já, falarmos em sociologias no plural, de modo a acentuar sua inescapável condição controversa interna. Assim, fazer “sociologia da literatura” pode significar coisas muito diferentes dependendo de como se concebe não apenas “literatura”, mas também “sociedade” e “sociologia”.

Curiosamente, este último aspecto não tem merecido tanto a atenção dos especialistas, sejam eles críticos ou sociólogos que praticam a sociologia da literatura. E

1. Agradecemos a Alejandra Josiowicz, Andre Bittencourt e Lilia Schwarcz pela leitura cuidadosa e pelos comentários a este texto.

isso a despeito da constatação praticamente generalizada na literatura especializada de que o desenvolvimento da área é acompanhado por uma maior pluralização de perspectivas e métodos que têm tornado a compreensão da literatura cada vez mais matizada e mesmo sofisticada. Portanto, é pertinente perguntar por que essa maior pluralização não tem concorrido na mesma medida para matizar as compreensões ou explicações da literatura, da sociedade e das relações que elas formam.

Não pretendemos oferecer uma resposta unívoca à pergunta, que, no entanto, não tem função puramente retórica no presente artigo. Colocá-la permite antes recuperar um movimento crucial da sociologia da literatura, bem como destacar alguns desafios, impasses e possibilidades que a caracterizam como uma “tradição de pesquisa”. Buscando uma aproximação significativa ao universo cotidiano da sua prática, percorremos aqui os balanços e as revisões bibliográficas publicados nas últimas três décadas em periódicos internacionais com o intuito de trazer à tona as questões e os debates mais recorrentes e significativos que encerram. Por razões operacionais, concentramo-nos em periódicos de língua inglesa, que, embora não esgotem todas as questões envolvidas na sociologia da literatura, expressam alguns de seus principais movimentos gerais, além de darem conta de boa parte do debate internacional a seu respeito², fato este que se deve, em alguma medida, a certa geopolítica internacional do conhecimento. Pode-se lembrar, nesse sentido, do debate mais amplo sobre a dinâmica da circulação de ideias e redes intelectuais e a “hegemonia” nela assumida pela língua inglesa e pelas grandes universidades (sobretudo, norte-americanas). Tal dinâmica opera em circuitos restritivos, que se originam desses centros em direção a outras regiões, a partir da definição de “cânones”, “histórias” e “correntes” disciplinares afirmadas como universais, a despeito de seu profundo enraizamento nas experiências históricas particulares de sociedades determinadas (Connell, 2007).

Assim, é certo, por outro lado, que também esse tipo de material apresenta limites significativos. Por exemplo, tendem a operar com procedimentos esta-

2. O material de pesquisa que tomamos para análise neste artigo compreende três amplos balanços de área: o primeiro, um número temático de 1988 da revista *Critical Inquiry*, publicada pela University of Chicago Press, sobre a sociologia da literatura e organizado por Priscilla Parkhurst Ferguson (então professora de francês na University of Illinois), Philippe Desan (professor do Departamento de Romance Languages and Literature na University of Chicago) e Wendy Griswold (professora de sociologia também em Chicago). O número traz um total de onze artigos, dos quais sete são de autores que atuam na área da literatura, dois na de sociologia e dois não têm inscrição departamental claramente definida. O segundo, um artigo de autoria da mesma Wendy Griswold intitulado “Recent moves in the sociology of literature”, publicado na *Annual Review of Sociology* em 1993. E o terceiro e último, uma introdução escrita por James English (John Welsh Centennial Professor of English da University of Pennsylvania) para o número temático “New sociologies of literature” de 2010 da revista *New Literary History*, publicada pela Johns Hopkins University Press. Dos onze artigos apresentados nesse número, oito são de colaboradores afiliados a departamentos de literatura; três, a departamentos de sociologia.

bilizadores, como a criação de “genealogias” e “cânones” muito parciais, que acarretam a exclusão de propostas marginais aos grupos que organizaram as revisões. Estamos conscientes desses e de outros limites dos balanços para mapear o “estado da arte” da discussão, mas são justamente esses limites que nos interessa explorar. Afinal, não se trata de apontar necessariamente a teoria mais sofisticada ou de ajuizar de alguma forma as diferentes posições em jogo, mas sim captar tendências e, sobretudo, a formação de rotinas num campo de debates.

Duas tradições particularmente importantes no âmbito da pesquisa que informa o presente artigo ficam de fora de seu escopo, merecendo análises futuras. Primeiro, a francófona, em especial a francesa, cuja sociologia da literatura contemporânea, após décadas presa a questões como “campo” e *habitus* literários, no que seguiu a força assumida pela sociologia de Pierre Bourdieu naquele contexto, anuncia, desde os anos 2000, uma volta à análise de romances e não de configurações institucionais. Paradigmático é o caso de *Le roman comme laboratoire* (2009), de Anne Barrère e Danilo Martuccelli, que não apenas revalorizam a análise de romances como parte da sociologia, mas também pretendem que esta seja uma possibilidade privilegiada de renovação para a imaginação sociológica como um todo. Para eles, os limites atuais da sociologia não resultariam de um déficit de cientificidade, mas antes da incapacidade de renovar sua imaginação, presos, os sociólogos, a um *réalisme naïf* (*Idem*, p. 7). Segundo, a sociologia da literatura brasileira, que vem conhecendo desenvolvimentos notadamente sofisticados em termos teórico-metodológicos e impactantes do ponto de vista das interpretações substantivas da sociedade, especialmente a partir da obra de Antonio Candido e de alguns dos críticos por ele formados, como já se demonstrou com muita propriedade (Waizbort, 2007; 2009). Permanecem abertos alguns desafios comparativos mais sistemáticos sobre a sociologia da literatura brasileira e outros contextos “periféricos” ou “pós-coloniais”, frente de pesquisa que parece cada vez mais promissora nos últimos anos (Monteiro, 2011). É nosso objetivo recuperar, ao final da pesquisa, essas diferentes tradições em perspectiva comparada. Mas não restam dúvidas de que o debate anglo-saxão tem sido, desde as últimas décadas do século XX, não apenas rico, controverso e bastante matizado, como também mais recorrente, ainda que comporte descontinuidades notáveis. Daí nos parecer estratégico iniciar a investigação sobre a sociologia da literatura pela sua apreensão anglo-saxã. Como nos interessam os desenvolvimentos mais recentes da sociologia da literatura – e as questões em aberto nas suas tradições de pesquisa –, deixaremos de lado o chamado marxismo ocidental neste artigo. Suas contribuições, especialmente, por meio das obras de Georg Lukács, Theodor Adorno e Lucien Goldmann, por exemplo, são fundamentais. Embora muitos praticantes da sociologia da literatura hoje possam recusar qualquer filiação a eles, ou eventualmente até mesmo

polemicamente desconhecê-los, seu papel na modelagem da área e sua influência nela são enormes. Deve-se a eles, em grande parte, a vitória na batalha da sociologia em demonstrar que a literatura, assim como outros produtos culturais, constitui uma construção social que, ao mesmo tempo, “reflete” a sociedade, o tempo e a circunstância de sua produção (Albrecht, 1954; Peterson, 1979, Griswold, 1981). Isso não significa que muito empenho não tenha sido empregado para a consolidação dessa premissa ou que ela não tenha sido acompanhada por controvérsias – a começar pela própria ideia de “reflexo”. Em que pesem as diferenças entre essas abordagens, elas compartilham traços fundamentais em suas respectivas normativas da estética, em que a determinação social da obra literária é decisiva e em que o juízo estético não pode prescindir da relação com o mundo social e histórico que lhe proporcionaria uma matriz de significações (Altamirano e Sarlo, 2001, p. 8). Certamente alguns desafios postos por elas persistem em aberto.

Desenvolvimentos de uma tradição marxista renovada serão aqui apreciados, sempre de acordo com os balanços bibliográficos que tomamos como material de pesquisa, especialmente a partir das contribuições de Raymond Williams. Contudo, estudos sociológicos da literatura compreendem, segundo indicam os balanços, não apenas a produção da literatura, mas também a sua recepção, como propugnado pela chamada estética da recepção, de Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser ou Stanley Fish; passando, claro, por uma sociologia da literatura centrada nos estudos das instituições, grupos sociais e outros componentes da vida literária, como na teoria do campo de Pierre Bourdieu, ou na história das práticas letradas, do livro e da leitura, de Roger Chartier, Robert Darnton ou Don McKenzie, respectivamente. Isso para não falar de abordagens ainda mais recentes, centradas nas concepções de autoria, propriedade intelectual, modos de distribuição e consumo literário e da escrita como performance.

No entanto, essa ampliação do repertório cognitivo da sociologia da literatura parece ter provocado efeitos paradoxais: ao mesmo tempo que matizam e complexificam a compreensão da literatura como fenômeno social relativamente à antiga ideia de “reflexo”, por exemplo, esses desenvolvimentos recentes da área tendem muitas vezes a reificar uma concepção de sociedade como externa à literatura. Apesar das generalizações nesse campo também serem perigosas, talvez se possa dizer que essa maneira de tratar a sociedade no âmbito da sociologia da literatura tenha sido reforçada como consequência não intencional do notável incremento contemporâneo dos chamados “estudos culturais” (Hall, 1992; Turner, 2012), que questionaram a centralidade da literatura e do cânone literário, privilegiando, antes, as manifestações da cultura popular e de massa. O questionamento da distinção hierárquica entre materiais da cultura popular e da alta cultura atingiu em cheio a sociologia da literatura, de modo que, hoje, o “literário” aparece democratizado, incluindo não apenas

romances, mas também textos escolares, histórias em quadrinhos, jornais, revistas, enfim, textos populares e massificados. Para tanto, certamente concorreram também a história do livro, os estudos da cultura impressa e a sociologia da leitura. De outro lado, mesmo reconhecendo o sentido democratizante implicado nessa pretensão de igualar materiais culturais diversos, os estudos culturais acabaram, em muitos casos, simplificando excessivamente a relação entre práticas estéticas e realidades sociais, fortalecendo ainda mais uma visão reificada e dicotômica de sociedade e literatura.

Literatura e sociedade seguem, então, sendo frequentemente vistos como termos externos um ao outro, e não mutuamente implicados na relação que formam, esta sim a unidade de análise mais significativa da sociologia da literatura, a nosso ver. Pensamos que nessa reiteração perde-se, entre outras coisas, a possibilidade de se perceber o caráter propriamente reflexivo da relação literatura e sociedade, este o campo problemático mais amplo que gostaríamos de discutir. Uma investigação dessa relação requer uma abordagem não disjuntiva das práticas de produção e recepção textual e de suas posições diferentes nas hierarquias de valores simbólicos no interior da vida social. Procuraremos qualificar reflexividade ao final do artigo a partir de debates recentes na própria teoria sociológica contemporânea, destacando contribuições de Anthony Giddens e Niklas Luhmann. Embora o escopo das propostas desses autores seja muito maior (Botelho, 2006), nossa aposta é que a reflexividade possa vir a se constituir em uma perspectiva de renovação significativa também da sociologia da literatura – como, aliás, alguns debates nos balanços bibliográficos examinados permitem já apontar – não apenas ao problematizar o termo “literatura”, mas também “sociedade”, bem como a própria “relação” significativa entre eles. A seguir apresentaremos, em linhas muito gerais, o movimento de pluralização das abordagens teórico-metodológicas, tal como proposto nos balanços bibliográficos que tomamos como material de pesquisa; depois buscaremos sistematizar as principais questões que os perpassam e que nos deixam como desafios para repensarmos a sociologia da literatura.

Pluralização da sociologia da literatura

Começemos a apresentação dos principais desenvolvimentos que contribuíram para a renovação da sociologia da literatura pela assim chamada estética da recepção. Como seu texto inaugural, figura *A história da literatura como provocação à teoria literária*, de Hans Robert Jauss (1994). Nele o autor defende a incorporação metodológica da história na análise do texto literário, contrariando as teorias então em voga que postulavam o primado absoluto do texto e ignoravam o papel do leitor na experiência literária. Jauss se contrapõe especificamente a duas modalidades de his-

toriografia literária: uma que, numa tentativa de evitar uma enumeração puramente cronológica, se organizava com base em conceitos gerais como gêneros, estilos de época, entre outros, apresentando, a partir deles, obras e autores, estes sim em ordem cronológica; e outra que, declaradamente cronológica, se organizava segundo o esquema “vida e obra”, padrão adotado pelos historiadores desde a Antiguidade clássica (English, 2010; Griswold, 1993).

Criticando principalmente a teoria literária marxista e a escola formalista, Jauss propõe uma investigação da literatura “no horizonte histórico de seu nascimento, função social e efeito histórico” (Jauss, 1994, p. 20). Nessa perspectiva, o leitor recebe destaque: deve ser entendido não como uma folha em branco sobre a qual o texto vai imprimir seu sentido, mas como leitor socializado e inserido em contextos históricos concretos, o qual carrega consigo o repertório das obras já lidas, dos valores e das ideias que regem o sistema literário no qual se inscreve e que formam suas molduras interpretativas. Postula-se que um livro não pode ser lido da mesma maneira, sobretudo em momentos históricos diversos. Assim, entendendo o fenômeno literário como um processo dialógico e valorizando a dimensão da recepção e do efeito (estético) da obra sobre o leitor como chave para sua inteligibilidade, Jauss propõe uma história das interpretações da literatura que resgata o papel do leitor empírico como destinatário dela e mediador entre os aspectos estético e sócio-histórico da obra. Importa, para a estética da recepção, o leitor concreto da obra, historicamente situado no tempo e no espaço – isto é, a comunidade de leitores que compartilha o mesmo horizonte de expectativas –, o qual realiza a atualização da obra a partir das suas molduras.

Desdobramento crítico da estética da recepção, a teoria do efeito de Wolfgang Iser, desenvolvida em *O ato da leitura* (1996), sustenta que o efeito estético deve ser analisado na interação entre texto e leitor. Embora suscitado pelo texto – considerado uma reformulação de uma realidade já formulada, e não como um documento sobre algo que existe –, o efeito estético demanda do leitor atividades imaginativas e perceptivas que tornam possível um conhecimento que é próprio da operação de leitura. Para Iser, a obra literária realiza-se na convergência do texto com o leitor, sendo irreduzível a um ou outro: ela “é o ser constituído do texto na consciência do leitor” (*Idem*, p. 51). É fundamental, nessa teoria, a noção de leitor implícito, entendido como aquele que materializa o conjunto das pré-orientações que um texto ficcional oferece, como condições de recepção, a seus leitores possíveis. O leitor implícito não se funda em um substrato empírico, mas sim na estrutura dos textos, os quais, portanto, só ganham vida e causam efeito ao serem lidos. “Isso significa que as condições de atualização do texto se inscrevem na própria construção do texto, que permitem constituir o sentido do texto na consciência receptiva do leitor” (*Idem*, p. 73).

Outros desenvolvimentos recentes da sociologia da literatura assinalados nos balanços bibliográficos implicam aproximações à sociologia da cultura e compreendem estudos das instituições, dos grupos sociais, das identidades e outras componentes da vida literária ou das práticas literárias. A esse respeito vale notar de passagem que boa parte da sociologia da literatura no universo acadêmico anglófono hoje está institucionalmente subsumida à sociologia da cultura.

Nesse sentido, James English destaca a importância da nova história do livro e da chamada sociologia dos textos, desenvolvidas nos trabalhos de Roger Chartier (1994), Robert Darnton (1982) e Donald F. McKenzie (1986). Como este último reivindicava em suas *Panizzi lectures* proferidas na British Library em 1985, recolhidas em *Bibliography and the sociology of texts* (1986), os historiadores do livro deveriam reconhecer que a verdadeira “substância” de suas pesquisas não são os textos, mas a sociologia dos textos, uma vez que o livro, em todas as suas formas, entra na história apenas como uma evidência do comportamento humano em sociedade. A sociologia dos textos de McKenzie consiste na exploração da rede de relações descortinadas pela bibliografia analítica e conduz à história do livro como forma de entendimento dos materiais socioeconômicos e das indústrias indiciadas [*indexed*] por livros ou manuscritos individuais. Os significados dos elementos bibliográficos de um documento são históricos e apontam para redes que podem auxiliar a compreensão de como os textos foram criados, disseminados e entendidos no passado. Nessa perspectiva, qualquer reimpressão deve ser entendida como um novo ato social enredado em uma nova rede sociológica produzindo novas formas (bibliográficas) materiais com também novas associações e significados próprios. A agenda de pesquisa lançada pelo professor de Cambridge demandava o reconhecimento de que cada texto material indicava uma rede de forças, indústrias e propósitos sociais, econômicos e políticos. Mais do que isso, reivindicava que a análise dessa rede de interação social permitiria mostrar como o significado de um documento é afetado tanto pelas palavras de uma página quanto pela própria forma material dessa página, a qual era produzida não somente pelo autor, mas também por aqueles trabalhando nas indústrias de produção dos livros. Dito de outra maneira, McKenzie defendia que o sentido de qualquer texto está diretamente ligado às formas em que ele se apresenta à leitura, aos dispositivos próprios da materialidade do escrito, tais como, no caso de objetos impressos, o formato do livro, a construção da página, a divisão do texto, a presença ou a ausência e a distribuição das imagens, as convenções tipográficas, a pontuação, entre outros. Essa agenda favoreceu a percepção do caráter elitista e exclusivista de que a editoração se revestia até então, para o que contou também com o avanço simultâneo da história do livro como investigação cultural das interações e influências das indústrias e práticas que afetaram a produção de livros.

Segundo English, a abertura e a ampliação do próprio conceito de cultura literária pela incorporação do entendimento de quem a produz (materialmente) contribuiu para a realização de um dos principais objetivos da sociologia da literatura. Esse passo democratizou a ênfase analítica, de modo a incluir – para além do clube exclusivo de autor, texto e leitor – os produtores, esquecidos ou escondidos, da cultura, o que Howard Becker (1974) chamava de *support personnel* – editor, editora (*publisher*), livreiro, distribuidor e assim por diante. De forma semelhante, a sociologia do leitor que emergiu a partir dos anos de 1980, auxiliada por estudos sobre a formação do cânone e dos valores literários, e cujo trabalho mais influente nos Estados Unidos é *Reading the romance*, de Janice Radway, funda-se em uma compreensão da leitura como prática social e cultural, colocando questões a respeito de quem lê o quê, de que maneira o faz e como a leitura se relaciona às outras atividades do leitor. A nova história do livro e essa sociologia renovada do leitor e da leitura problematizam e mesmo deslocam a concepção crítico-literária do leitor como um “processador de textos generalizado” (English, 2010, p. x) – concepção, segundo o autor, antes reforçada que desafiada pela teoria do efeito de Iser e da Escola de Constança. Nessa perspectiva, a dimensão da recepção da prática literária passa a ser vista como um espaço social complexo e cambiante no qual importa também o tipo de leitura que é feita (silenciosa, secular, acadêmica, não compartilhada etc.).

Beneficiando-se criticamente do adensamento teórico produzido tanto pela chamada estética da recepção como pela sociologia dos textos de McKenzie, Roger Chartier, em livros como *História da leitura no mundo ocidental* (organizado com Guglielmo Cavallo, 1998) e *Leituras e leitores na França do Antigo Regime* (2003), propõe uma história da leitura baseada na noção de “práticas de leitura”. Esse conceito permitiria enfatizar, por um lado, a historicidade da leitura (suas variantes históricas de forma, técnica, suporte e sentido) e, por outro, seus mecanismos de apropriação e circulação, que resultariam em uma multiplicidade de usos dos textos. Nesse sentido, “a leitura não é apenas uma operação intelectual abstrata” (Chartier e Cavallo, 1998, p. 8), e o texto não existe em si mesmo, independente do suporte material que possibilita sua leitura e da circunstância na qual é lido (ou ouvido) (*Idem*, p. 9). O autor contrapõe-se, neste particular, à abordagem estatística, que, segundo ele, seria dominante na história cultural francesa. Tal abordagem supunha “correspondências demasiado simples entre níveis sociais e horizontes culturais, apreendendo os pensamentos e as condutas em suas expressões mais repetitivas e mais redutoras”, perdendo de vista, em contrapartida, “a maneira contrastada como os grupos e os indivíduos fazem uso dos motivos ou das formas que compartilham com outros” (Chartier, 2003, p. 13). Para o historiador francês, as práticas de leitura ganham inteligibilidade por meio de uma complexa “dialética da coerção e da invenção”, a

qual implica “o cruzamento entre uma história das convenções que normatizam a hierarquia dos gêneros, os quais definem as modalidades e os registros do discurso, e uma outra história, a dos esquemas de percepção e de julgamento próprios a cada comunidade de leitores” (Chartier e Cavallo, 1998, p. 38). Portanto, a análise busca identificar “as coerções que limitam a frequência aos livros e a produção do sentido” (*Idem*, p. 37) – as quais compreendem, entre outros, as estratégias editoriais, as censuras do Estado ou institucionais, as leis de direitos autorais, o suporte material do texto, sua época (entendida, em termos abrangentes, como a data em que é publicado, lido e/ou editado) e a expectativa da comunidade de leitores em que o texto circula. No entanto, seria fundamental sempre levar em conta os “recursos mobilizáveis pela liberdade do leitor – uma liberdade sempre inscrita no interior de dependências múltiplas, mas que está em condições de ignorar, deslocar ou subverter os dispositivos destinados a reduzi-la” (*Idem*).

Junto com Chartier, o norte-americano Robert Darnton foi outra figura central da chamada nova história cultural, que contribuiu de forma decisiva para a configuração da história do livro como campo disciplinar. Em seu artigo clássico, “O que é a história dos livros?”, argumenta que o livro deve ser entendido como uma força histórica, e os então novos estudos sobre o livro como uma “história social e cultural da comunicação impressa” (Darnton, 1982, p. 65), cujo objetivo mais geral seria compreender como “as ideias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e o comportamento da humanidade” (*Idem*). Lançando mão de uma perspectiva de longa duração e global do circuito de criação/produção/difusão/consumo do livro, este entendido como meio de comunicação, seu interesse concentra-se não nos livros raros e edições de luxo, mas no tipo mais comum, capaz de mostrar a experiência literária dos leitores comuns.

Outra perspectiva cuja influência é vista como decisiva na formatação da agenda de pesquisas recentes da sociologia da literatura é a de Pierre Bourdieu (1996), que permitiu enfatizar a construção sociológica do valor literário por meio da investigação da gênese e da estrutura interna do campo literário em relação (subordinada) com o campo do poder e dos processos de legitimação e canonização de autores e obras. Nesse sentido são considerados aportes fundamentais da abordagem de Bourdieu: (1) a teoria geral dos campos – do literário em particular, definido pela concorrência em torno da legitimidade dos produtos literários –, nos quais se diferenciam o espaço social e que, dotados de lógicas autônomas, se estruturam com base na distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição ocupada por um agente específico em seu meio; (2) o foco nos mecanismos de distinção social e no papel das disputas simbólicas nos processos de representação e classificação do mundo social; e (3) o interesse particular no papel do sistema educacional na manutenção das estru-

turas de dominação e na reprodução das desigualdades sociais (English, 2010, p. x; Griswold, 1993, p. 456). Griswold, além disso, salienta a importância do *insight* de Bourdieu de que “guerras de *status* social” são travadas em campos culturais e com armas culturais. Por sua vez, Eastwood (2007) distingue aspectos na perspectiva de Bourdieu que oferecem amplas possibilidades de desenvolvimento, como o foco no autor como agente criativo (ou ao menos como nexos de um processo sócio-criativo), cuja posição social (leia-se *habitus*, estoque de várias formas de capital, e posição no campo literário) é condição da criação literária mais do que das obras literárias. Considera essa abordagem, que vai além da dicotomia internalista/reflexivista, como uma das mais produtivas por tomar como objeto de análise a própria literatura, e não as margens e os negócios da atividade literária ou da leitura.

Por fim, resta mencionar o desenvolvimento dos chamados estudos culturais, que, elaborando as tradições do marxismo ocidental e da teoria crítica, forjaram um caminho interdisciplinar – uma “sociologia da literatura” no interior da corrente dos “estudos culturais britânicos” através de núcleos inovadores como o Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies e o Essex Sociology of Literature Project. Entre os avanços mais substantivos nessa vertente, Griswold (1993) ressalta a abertura da teoria marxista para um novo entendimento da relação entre base e superestrutura, uma nova formulação do conceito da cultura popular conferindo primazia à agência dos usuários e à manipulação de símbolos em detrimento do modelo da cultura de massa, e uma noção mais sofisticada dos usos do capital cultural na criação ou no fortalecimento do capital econômico, entre outros. O leitor passa a ser visto sob o ângulo de consumidor de produtos culturais, permitindo assim conjugar as teorias do capital cultural com a crítica da recepção do leitor, deslocamento que envolve uma reconceitualização dos leitores como agentes criativos em vez de recipientes passivos daquilo que os autores escrevem.

O principal expoente dessa vertente é Raymond Williams, responsável por reelaborar a teoria marxista da cultura: de sinônimo de alta cultura, ela passa a ser vista como modo de vida, significados e valores que constituem a vida comum, como uma atividade material da sociedade, capaz de organizá-la e modificá-la. Em *Marxismo e literatura* (1979), por exemplo, o próprio nexos cultura/vida social é reformulado e adquire complexidade: a cultura não é uma esfera de valores autônoma, separada da vida concreta, como queria a tradição idealista, tampouco uma superestrutura que apenas refletiria sua base material, ao gosto das correntes materialistas mais ortodoxas. Na perspectiva do materialismo cultural de Williams, a literatura e as artes são entendidas como constitutivas do processo social; por isso o autor ressalta o papel, por exemplo, da literatura na história, da escrita na sociedade, e não uma relação disjuntiva cultura e sociedade. Nesse sentido, Williams procurava aperfeiçoar

o legado de Marx, propondo que, para além do fato de que a cultura na sociedade sofre (reflete) determinações econômicas e sociais, ela atua como força produtiva que, não obstante opere segundo as pressões e limites impostos pelo modo de produção dominante, engendra significados e valores que conferem sentido e configuram ativamente a vida social, moldando seus rumos. Ao se opor à crítica literária convencional, o autor concebe as obras literárias como produtos e produtoras de processos históricos conflituosos, nos quais as próprias formas literárias são forjadas por relações sociais. Portanto, a dualidade usual entre literatura e realidade, cultura e sociedade, eclipsaria sua intrínseca conexão: a literatura é inconcebível sem a realidade que ela produz e reproduz, assim como a sociedade, sem a cultura que define seu modo de vida e formaliza seu complexo de relações.

Campo interdisciplinar, visões disciplinares?

Esses desenvolvimentos recentes da sociologia da literatura têm levado a um movimento contraditório: de um lado, os esforços mobilizados em ir além do texto acabam implicando na reiteração de uma visão dicotômica sobre literatura e sociedade; de outro, abrem possibilidades de novas compreensões de que a própria formulação comumente empregada de modo dicotômico – literatura e sociedade – alimenta uma oposição entre textos e instituições, entre estudos literários e práticas sociológicas, constituindo limites que cabem à sociologia da literatura superar. Como ponderam Ferguson *et al.* (1988), ao operar com essa divisão entre literatura e sociedade, o que é chamado de modelo do reflexo justifica as fronteiras disciplinares que cindem o conhecimento sobre o mundo; por sua vez, as fronteiras entre os estudos literários e as ciências sociais dão suporte à teoria do reflexo e ao seu pressuposto de uma absoluta divisão entre a realidade material e a atividade intelectual. O modelo teórico e a configuração institucional fortalecem-se reciprocamente. Embora a percepção algo ingênua da literatura implicada no modelo do reflexo seja rejeitada por alguns, a poderosa metáfora do espelho perdura na prática mesmo quando é negada na teoria, de modo que “se o modelo do reflexo foi desacreditado, não foi substituído” (*Idem*, p. 428). Como nos lembram os autores, boa parte da herança marxista da sociologia da literatura, presa à metáfora do espelho, condicionou seu desenvolvimento e definiu a agenda até mesmo para aqueles que a rejeitavam, pautando suas principais ideias: Bakhtin (“adequação”), Lukács (“totalidade”), Goldmann (“homologia” e “visão de mundo”), Terry Eagleton (“modo literário de produção”), Bourdieu (“campo”), para citar alguns exemplos.

O estudo das relações entre literatura e sociedade não é prerrogativa de nenhuma disciplina acadêmica em particular. Está presente tanto na sociologia quanto

na literatura. E, mesmo considerando a pluralização de perspectivas facultada por desenvolvimentos recentes, como acabamos de apresentar, isso não significa, necessariamente, que as velhas fronteiras disciplinares estejam desaparecendo. Ainda que muitas vezes relativizadas criativamente, as identidades disciplinares são também reiteradas de modo bastante convencional, como se à literatura sempre coubesse o estudo dos textos; à sociologia, o estudo de seus condicionantes sociais. Na verdade, essa dualidade é parte do problema mais amplo da relação entre arte e sociedade e da natureza social da arte, sobre o qual há uma longa tradição de estudos e controvérsias. E está replicada em campos congêneres, como na sociologia do conhecimento, da ciência e da cultura em geral e, no Brasil, nos estudos do seu pensamento social (Arruda, 2004; Botelho, 2010).

No que diz respeito especificamente à sociologia da literatura, ou à relação literatura e sociedade, pode-se dizer que os críticos literários têm se mostrado mais atentos às dinâmicas sociológicas da atividade criativa do que os próprios sociólogos profissionais. Uma hipótese para ajudar a entender essa situação é que, embora recorrente e cada vez mais plural, ou talvez por isso mesmo, a orientação sociológica constitui um problema perene para um recorte disciplinar, cuja institucionalização tem buscado justamente afirmar a especificidade do literário e sua relativa irreduzibilidade ao social ou a qualquer outro fator considerado “externo” à fatura dos textos literários pelos especialistas. A despeito disso, porém, nem o tema literatura e sociedade e tampouco as orientações sociológicas arrefeceram no estudo literário da literatura. Ao contrário, a sociologia da literatura tem sido reafirmada como um dos eixos principais de sua tradição de pesquisa, mesmo quando a “orientação sociológica” passa a ser disciplinada a partir de e para os fins próprios da crítica literária. E isso mesmo considerando o desenvolvimento de diferentes orientações formalistas que, aparentemente, tenderiam apenas a enfatizar a autonomia do literário, do *new criticism* ao desconstrucionismo passando também pelo formalismo russo e sua abordagem da linguagem por meio da linguística funcional (Greenfeld, 1987).

A sociologia, por sua vez, parece não ter estado sempre constrangida ou desafiada do mesmo modo a questionar, refutar e a buscar alternativas àquele que, em verdade, é seu princípio explicativo básico, o qual, aplicado ao caso, poderia ser sintetizado na afirmação de que a literatura é um fenômeno social. Como observado, a batalha da sociologia em demonstrar que a literatura, assim como outros produtos culturais, constitui uma construção social – que, a um só tempo, “reflete” a sociedade, o tempo e a circunstância de sua produção – há muito foi vencida (Albrecht, 1954; Peterson, 1979; Griswold, 1981). E mesmo que a sociologia da literatura não seja considerada exatamente um campo estabelecido ou uma subárea de pesquisa independente (por exemplo, da sociologia da cultura), já faz tempo que sociólogos profissionais se uti-

lizam da literatura para revelar, exemplificar ou interpretar processos sociais. Não se pode esquecer, por outro lado, que, em seu surgimento como forma particular de conhecimento em diferentes contextos nacionais, também a sociologia esteve mobilizada a se distinguir e se afastar da literatura (Lepenies, 1996) e que esse desafio, sob certos aspectos, pode ser perene em suas histórias.

Em todo caso, o estudo das relações entre literatura e sociedade parece ter se desenvolvido mais no sentido de um aprofundamento da perspectiva sociológica na sociologia e na literatura enquanto disciplinas diferentes do que no sentido de uma difusão na sociologia de uma agenda própria à literatura, embora, evidentemente, essa relação nunca seja exatamente de mão única. Mesmo quando observamos a maior pluralização das perspectivas de estudo e, eventual e correlatamente, uma compreensão mais matizada da literatura como fenômeno social, pluralidade e matiz aqui dizem mais respeito ao incremento de uma agenda sociológica de pesquisa das relações entre literatura e sociedade que de uma agenda crítico-literária e sua incorporação à sociologia como disciplina. Isso é também perceptível pela posição ambígua, quando não relativamente marginal, que a sociologia da literatura ocupa em certas tradições e contextos institucionais e nacionais da própria literatura como disciplina. Em suma, parece que por onde quer que a tomemos, a sociologia da literatura se mostra sempre uma área *in between*, seja entre críticos literários profissionais, seja entre sociólogos, ainda que essa situação possa ter implicações diferentes em cada caso.

A recorrência do problema da indefinição da sociologia da literatura desde a primeira metade do século XX sugere a relevância do tema. Balanços bibliográficos apontam a relativa dispersão de sua produção e, muitas vezes, a ausência de comunicação entre seus resultados. Por conta disso, mesmo entre adeptos e especialistas na área, concluiu-se que, a despeito de um notável desenvolvimento teórico, metodológico e empírico, certa “vagueza analítica” seria indissociável da sociologia da literatura (Forster e Kenneford, 1973).

Griswold (1993), por exemplo, afirma que a sociologia da literatura não é absolutamente um campo, mas um “não campo”; chega a compará-la a uma ameba, que não possui estrutura firme, mas se move em determinadas direções e instala-se em outros campos. A autora indica que não obstante a pluralidade de orientações sociológicas no estudo da literatura e sua interdisciplinaridade, a oposição entre os estudos literários e as ciências sociais acaba sendo determinante na análise: “onde os cientistas sociais usam a literatura para revelar, exemplificar ou interpretar processos sociais, a crítica literária toma a obra literária como um fim em si mesmo”. Assim, esquematicamente, Griswold diz que os estudos literários se ocupariam de objetos como obras, textos, escritores e leitores, interessando-se pela criação, recepção e interpretação da litera-

tura, ao passo que as ciências sociais se ocupariam de livros e instituições literárias, debruçando-se sobre a produção, a distribuição e o consumo de produtos culturais.

English (2010) afirma, por sua vez, que sociologia da literatura sempre denominou um conjunto poliglota e bastante incoerente de empreendimentos. Estaria espalhada por tantos domínios e subdomínios separados da pesquisa acadêmica, cada um com suas agendas próprias e distintas de teorias e metodologias, que raramente poderia receber a designação de “campo”. O autor sugere que a legitimidade institucional crescente deste que poderia ser considerado um modo dissidente anterior de estudo literário pode oferecer, ele mesmo, explicação para seu eclipse terminológico e rápido declínio – da terminologia, mas não da área – após a década de 1980. Se a sociologia da literatura funcionou durante a voga da ortodoxia da Nova Crítica como um eufemismo para a abordagem marxista, então possivelmente foi o triunfo desta, da teoria crítica e do paradigma da crítica, que permitiu que o termo sociologia da literatura saísse de cena. Não havia então mais necessidade de se especificar uma escola ou perspectiva distinta chamada “sociologia da literatura”, pois muitos estudiosos da literatura haviam se tornado, neste sentido básico do termo, sociólogos da literatura. Onde quer que eles se localizassem na cartografia dos subcampos reconhecidos – estudos pós-coloniais, teoria *queer*, nova história –, partilhavam do esforço de articular o literário e o social: oferecer explicações sobre textos e práticas literárias remetendo às forças sociais de sua produção, sobre o significado social de suas particularidades formais e sobre os efeitos sociais de sua circulação e recepção.

O ponto enfatizado, portanto, é o de que, qualquer que seja o destino conhecido pela nomenclatura desde os anos de 1980, a sociologia da literatura não recuou. Tornou-se, ao contrário, uma “parceira silenciosa” em diferentes projetos significativos e inovadores que não são menos sociológicos apenas por não carregarem consigo o rótulo “sociologia da literatura”. Na mesma direção vai o argumento de McHoul (1988), de que parece ter havido uma guinada para os estudos culturais, subsumindo a literatura a outros campos. Ele defende um novo modo de articular sociologia e literatura, capaz de corrigir o desequilíbrio epistêmico implicado na ideia de sociologia *da* literatura (na qual a literatura figura apenas como material sociológico inerte, repondo a divisão positivista entre fato e ficção), concedendo igualmente à literatura estatuto de modo de conhecimento, até mesmo do social.

Assim, mesmo que muitas vezes a tendência mais imediata seja associar as dificuldades de se definir claramente uma área de pesquisa à sua suposta fragilidade, em verdade, nada garante de antemão que as coisas se passem assim. Frequentemente, o oposto também se verifica. Isto é, a aparente indefinição de fronteiras de um subcampo de pesquisas pode indicar antes o seu êxito em generalizar ou fazer compartilhar alguns de seus pressupostos e problemas próprios em um campo mais vasto, de

modo que o que parece ser fragilidade, visto de outras perspectivas, torna-se força. É particularmente instigante no caso da sociologia da literatura o fato de que aquelas limitações não parecem comprometer a vitalidade e o rigor dos empreendimentos intelectuais que vêm consolidando e renovando sua tradição de pesquisa. Contudo, os desenvolvimentos recentes da sociologia da literatura não apontam, entre sociólogos e críticos que possam ser reunidos sob essa designação guarda-chuva, consenso sobre o que eles fazem e sobre o que seja a sociologia da literatura – alguns deles sequer aceitariam a sociologia da literatura como um rótulo adequado para o seu próprio trabalho (Ferguson *et al.*, 1988; English, 2010).

Central nesse debate que percorre as tradições de pesquisa da sociologia da literatura é a tensão entre empiria e teoria. Ferguson *et al.* (1988), por exemplo, mostram a preponderância da orientação empiricista da sociologia da literatura nas universidades norte-americanas, caracterizadas por fronteiras disciplinares rígidas demarcadas pela predominância institucional dos departamentos e por uma prática sociológica em geral bastante afeita a metodologias quantitativas e obcecada por critérios de verificabilidade, em contraposição à orientação mais teórica e interdisciplinar prevalente nas universidades europeias.

Tendo em vista essa mesma questão, English alerta para o perigo de disseminação da lógica quantitativista ensejado pela crescente interdisciplinaridade da área de estudos literários. Afirmo que os estudos literários se deixaram guiar por uma visão da sociologia, e das ciências sociais em geral, pautada na hegemonia dos números. Exemplos desse alinhamento seriam, segundo o autor, os trabalhos de Franco Moretti que, ao acusarem o *close reading* e a “devoção” a um pequeno cânone de textos de serem práticas teológicas, reivindicam uma abordagem pretensamente mais “científica” da história literária, baseada em um projeto nomeado de *distant reading*, que combina banco de dados de grande escala, modelos abstratos emprestados da matemática e da biologia e apresentação visual de informações quantitativas. Essa tendência acabou por reforçar a percepção – falsa, mas difundida – de uma grande divisão entre literatura e sociologia, associando a primeira à devoção irracional e ao refinamento interpretativo; a segunda, ao rigor científico e à verificabilidade dos “resultados”. É nesse sentido também que Jon Frow (2010), tratando dos problemas e das potencialidades da parceria interdisciplinar da sociologia com a literatura, identifica um erro teórico crasso da sociologia da literatura no pressuposto de uma via analítica de mão única, na qual a sociologia forneceria o método e as categorias – em suma, a teoria – a serem aplicadas à matéria literária, reduzindo esta a objeto daquela.

Verdaasdonk (1985), por sua vez, argumenta em favor de uma sociologia empírica da literatura baseada em uma orientação não textual de pesquisa. Ele pondera que a maioria das assertivas de críticos e estudiosos sobre a literatura envolve a atribuição

de significado a um texto ou a parte dele, atribuição que carrega um amplo conjunto de pressupostos, não nomeados, acerca do que é entendido como “significado”, “literatura”, “conhecimento” etc. Para a maioria dos sociólogos da literatura, advoga, tal atribuição leva à reconstrução da visão sobre a sociedade que se acredita que certo texto transmita, conforme e determinado pela forma específica que também se supõe que a literatura tenha assumido no período histórico em questão. Ademais, supõe-se igualmente que essa visão pode ser corretamente interpretada como uma forma de conhecimento. Segundo o autor, essas análises textualmente orientadas da literatura operam com o pressuposto, visto como autoevidente, de que a atribuição de quaisquer traços a um texto, dentro de um quadro de referência de concepções de literatura, pode ser corroborada pela adução de propriedades linguísticas que seriam constitutivas do seu significado, ainda que elas não possam ser identificadas de modo inequívoco. Uma concepção da literatura, nesse sentido, é um conjunto de definições polissêmicas – normativas e apriorísticas – de propriedades que um texto deve ter de modo a ser considerado uma forma de literatura. Os adeptos dessa vertente reivindicam que as definições da natureza de um texto literário necessariamente concernem a propriedades textuais intrínsecas. Verdaasdonk procura empregar essa abordagem não textualmente orientada em sua própria pesquisa, mostrando o funcionamento de um circuito institucional de classificação e hierarquização qualitativa de obras literárias composto pela crítica jornalística, os livros escolares e a crítica acadêmica, no qual as hierarquias qualitativas não distinguem entre autores de alta reputação, mas entre estes e os de baixa reputação, e assim as instituições literárias legitimam a si mesmas como aquelas capazes de fazer essa distinção.

Não pretendemos desempatar essa disputa entre empiria e teoria. Contudo, um passo importante para tratar o tema seria reconhecer a diversidade de posições que convivem mais tensa do que harmonicamente no interior tanto da sociologia quanto da crítica literária como disciplinas, disputando a definição, a agenda de pesquisa e os sentidos de uma sociologia da literatura. Na sociologia, como se sabe, toda pesquisa sobre qualquer fenômeno social – como a literatura – sempre implica alguma imagem geral da sociedade, e seus resultados sempre acrescentam ou subtraem plausibilidade a essa imagem.

Por certo que as fronteiras disciplinares e as relações interdisciplinares não são fixas, afinal, como qualquer identidade, também elas são relacionais e dinâmicas. Mas a permanência da sociologia como uma orientação teórico-metodológica (entre outras) na tradição de pesquisa da crítica literária especializada parece acirrar velhas controvérsias por parte de algumas de suas vertentes incomodadas com os usos sociológicos da literatura e, mais ainda, com a diversificação e a multiplicação de seu repertório cognitivo, o que concorreria para o risco de um futuro cada vez

mais sociológico na sociologia da literatura (English, 2010). Ainda que não se trate de repor velhos debates sobre o caráter imperialista da sociologia, aquele receio ou ameaça acaba por reafirmar o fato básico de a sociologia não se definir exatamente por um objeto específico, como acontece em outras disciplinas, mas antes pelo método. Isso ajuda a entender também por que a relação literatura e sociedade extrapola a própria dualidade disciplinar mais corriqueira, entre sociologia e literatura, e vem fomentado tantos interesses e inovações em outros âmbitos, como, por exemplo, nos chamados estudos pós-coloniais, subalternos ou na teoria *queer*.

Reflexos, refrações, reflexividade

Embora, sociologicamente consideradas, não existam identidades estáveis, mesmo as cognitivas, é difícil fugir da metáfora do “reflexo” na sociologia da literatura. Talvez esta seja sua marca constitutiva, porque reiterada, direta ou indiretamente, em seus desenvolvimentos. Porém, como indicam os balanços bibliográficos que sistematizamos e interpretamos, na mesma medida em que se introduzem nuances na compreensão da literatura, literatura e sociedade continuam, em geral, presas a uma visão dicotômica que pouca atenção confere à sua relação recíproca. Mas, como assinalamos, é verdade que alguns passos importantes foram dados nessa direção.

Ferguson *et al.* (1988), em balanço organizado para a revista *Critical Inquiry*, propõem tirar consequências da metáfora do reflexo, considerada inevitável na sociologia da literatura, recorrendo para tanto a um conto de Hans Christian Andersen, *A rainha da neve*. Nesse conto, Andersen inventa um espelho fantástico que não reflete, mas distorce sistematicamente, diminuindo cada coisa boa e bela e ampliando as más e feias:

Todos os alunos na escola do demônio – pois ele mantinha uma escola – relataram que um milagre ocorrera: agora pela primeira vez, disseram, era possível ver como o mundo e a humanidade realmente eram. Corriam por quase todo o mundo com o espelho, até que, enfim, não havia um país ou uma pessoa que nele não visse sua imagem distorcida (Andersen, 1845, tradução nossa).

No fim, o espelho se parte e os estilhaços se espalham por todo o mundo, alojando-se nos corações e nos olhos das pessoas, retendo, entretanto, propriedades do espelho, de modo que todos passam a ver o mundo através de imagens distorcidas. Como o espelho de Andersen, argumentam os autores, a literatura apresentaria distorções estruturadas, que aumentam ou diminuem certos aspectos da realidade, bem como retorcem alguns e deixam outros de fora. A sociologia da literatura deveria, então,

desafiar esses espelhos e seus inventores examinando suas distorções, mostrando como e por que um texto particular, um gênero, um período ou um autor reflete de uma maneira e não de outra, especificando as propriedades do espelho que determina suas (re)flexões e distorções. No conto, o espelho da Rainha da Neve ostenta ainda uma moldura adornada, e três demônios o carregam mundo afora. Segundo os autores, os críticos literários que enfocam o reflexo e as distorções da literatura geralmente negligenciam a moldura, isto é, o contexto institucional e intelectual da reflexão, tampouco parecem propensos a considerar os demônios, quais sejam, os agentes de difusão e canonização. A sociologia da literatura deveria enfatizar, nesse caso, justamente aquilo de que se descarta – aqueles que carregam o espelho – e exigir a integração de texto, instituições e indivíduos – espelho, moldura e demônios.

Igualmente relevante, como destacam os autores, é o fato de que nenhuma investigação ocorre independentemente do investigador. Ao contemplar o indivíduo que olha para o espelho, a ideia presente nos estilhaços do conto de Andersen sugere que o espelho pressupõe um observador, que aprecia a imagem, avalia o reflexo e coloca ambos em perspectiva. E, como reivindicam os autores, a sociologia da literatura deve levar em conta esse ato primordial de interpretação. O treinamento disciplinar, os círculos intelectuais frequentados, as tradições artísticas assimiladas, os horizontes sociais e, de maneira mais simples, as intuições, os vieses e as idiossincrasias – “esses são os estilhaços que limitam a percepção” (Ferguson *et al.*, 1988, p. 430). Assim como todo espelho distorce, também, por causa desses estilhaços, todo observador em alguma medida percebe equivocadamente. Se a literatura se baseia em distorções estruturadas, a interpretação se faz a partir de percepções equivocadas, mas estruturadas. Deve-se, portanto, incorporar o observador na observação e confrontar o crítico com o espelho literário, sua moldura e seus demônios. Literatura e sociedade estão, pois, mutuamente referidas em uma relação significativa.

Considerar literatura e sociedade como mutuamente referidas ao mesmo tempo exige e permite passar do paradigma do “reflexo” ao da “reflexividade”. Implica a discussão não somente de novas formas de compreensão sociológica do literário (isto é, do artístico), como vem sendo feito, mas também da própria vida social como compreendendo tanto estruturas e recursos materiais quanto imateriais. E de como estes últimos, em interação contingente com os primeiros, podem ou não influenciar a ordem social da qual fazem parte e também são elementos relevantes para as possibilidades de ação coletiva e mudança social. No centro dessa problemática, coloca-se a necessidade de se completar o movimento analítico característico da sociologia da literatura como devedora das premissas fundamentais da sociologia do conhecimento, segundo as quais a literatura é socialmente construída, para buscar modos consistentes de demonstração de que ela também participa da construção

da sociedade. A questão da “reflexividade social” pode ser entendida, nesse sentido, como o reconhecimento de que diferentes formas de conhecimento sobre o social têm consequências práticas para a sociedade ou, ainda, que as práticas sociais são afetadas pelo constante reexame a que são submetidas com base em informações produzidas sobre elas, como a interpreta Anthony Giddens (2003) – até mesmo na literatura, gostaríamos de acrescentar.

Interpretando as relações entre ação, identidade e o caráter recursivo da vida social na modernidade, Giddens chama a atenção para a importância da dimensão semântica nessas relações reflexivas. São principalmente três as frentes em que ele vem trabalhando a reflexividade entre conhecimento e vida social. Primeiro, em *A constituição da sociedade* (2003), as próprias ciências sociais, enfatizando que suas teorias e descobertas “não podem ser mantidas totalmente separadas do universo de significação e ação de que elas tratam”. A questão pertinente torna-se saber como “a reflexão sobre os processos sociais (teorias e observações sobre eles) continuamente penetra, solta-se e torna a penetrar o universo de acontecimentos que eles descrevem” (Giddens, 2003, p. xxxvii). Segundo, em *O Estado-nação e a violência* (2001), a construção discursiva do Estado-nação como eixo institucional da modernidade, especialmente na filosofia política. Construção discursiva que, segundo argumenta, acabou por se tornar, em grande medida, parte integrante da própria realidade social que ajudou a estabelecer, pois “o desenvolvimento de Estados necessariamente coincide com a formação de modos de discursos que moldam, de forma constitutiva, o que o poder de Estado é” (Giddens, 2001, p. 227).

Aqui vale a pena apontar a afinidade dessas formulações com as ideias mais recentes de Franco Moretti, um dos mais proeminentes autores da sociologia da literatura contemporânea, que em seu *Atlas do romance europeu: 1800-1900* (2003) reivindica um tipo especial de relação – que poderíamos qualificar de reflexiva – entre o Estado-nação e o romance: o Estado-nação seria uma realidade moderna “curiosamente esquiva”, pois se homens e mulheres podem compreender diretamente a maior parte dos seus *habitats*, “podem abarcar seu vilarejo, ou vale, com um único olhar; o mesmo ocorre com a corte, ou a cidade (especialmente no início, quando as cidades são pequenas e têm muros)”, e, se até mesmo o universo pode encontrar num céu estrelado uma boa imagem para si, o que dizer do Estado-nação? “‘Onde’ fica? Com o que se parece? Como se pode vê-lo?” O Estado-nação, argumenta Moretti, “encontrou o romance. E vice-versa: o romance encontrou o Estado-nação” (Moretti, 2003, p. 27). Mais recentemente Moretti ampliou essa proposição teórico-metodológica testando-a em diferentes contextos históricos e empíricos na discussão sobre a reflexividade entre romance e a própria “modernidade”, no projeto, talvez mais ambicioso da sociologia da literatura em curso nas últimas décadas, *A cultura do romance* (2009).

Voltando aos trabalhos mais recentes de Anthony Giddens, constata-se uma terceira frente em que ele vem aperfeiçoando sua perspectiva ontológica da reflexividade social (porque centrada na cognoscitividade dos atores sociais em relação à sociedade) na investigação da dimensão semântica de constituição de “identidades” na modernidade. Assim, em *Modernidade e identidade* (2002), por exemplo, o autor percorre uma agenda de pesquisa para identificar, de uma perspectiva sociológica, a constituição da identidade individual, o “eu”, através do surgimento de novos mecanismos de autoidentificação na modernidade. A ênfase analítica derivada de sua teoria da estruturação, formulada anos antes em *A constituição da sociedade* (Giddens, 2003), incide mais uma vez na condição ativa e reflexiva da conduta humana: “O eu não é uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjar suas autoidentidades, independente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações” (*Idem*, p. 9). Para tanto, o autor destaca não só trabalhos acadêmicos mas também toda sorte de manuais, guias, obras terapêuticas e de autoajuda como elementos inerentes à reflexividade institucional da modernidade; instâncias semânticas a que recorre não para “documentar um tema definido, mas como sintomáticos de fenômenos sociais ou tendências de desenvolvimento que procuro identificar” – não constituem somente textos “sobre” processos sociais, mas, argumenta, “materiais que de certa maneira os constituem” (*Idem*, p. 10). Ou seja, textos não apenas “representam” os processos sociais e identitários, como também os constituem, orientando de modo reflexivo a conduta dos atores sociais.

Outra proposta bastante heurística também provinda da teoria sociológica contemporânea que poderá ajudar a sociologia da literatura a enfrentar o desafio de qualificar as relações reflexivas entre literatura e sociedade é a análise de Niklas Luhmann sobre o processo de diferenciação de um sistema autorreferente específico para as relações íntimas na modernidade. Em *O amor como paixão* (1991), Luhmann destaca o papel da literatura de ficção na codificação de uma semântica própria a esse subsistema, em que o “amor” constitui um código simbólico que possibilitou a comunicação amorosa nas relações íntimas. Isso porque, para o autor, sendo a modernidade policêntrica e multicontextual, ela não se caracterizaria, ao modo de Max Weber, pelo predomínio progressivo de relações impessoais (válidas apenas para a economia), mas também pela possibilidade de intensificação das relações pessoais (Luhmann, 1991, pp. 11-17).

Luhmann não estabelece nenhuma relação de precedência entre semântica e sociedade, ou seja, os sistemas sociais não devem ser vistos, sequer analiticamente, como produtos de artefatos semânticos anteriores a eles, mas antes as autodescrições

realizadas pelos sistemas são operações concomitantes e internas à sua formação e diferenciação em relação aos demais sistemas e suas correspondentes semânticas. Nessa perspectiva, como ocorre com as comunicações entre os sistemas que constituem a sociedade, não são os indivíduos, mas os próprios “sistemas sociais” os portadores de uma reflexividade social, no sentido de que observam suas operações e descrevem seus limites em relação ao ambiente que os circunda e estabelecem comunicações com os demais sistemas, como fica claro em seu livro mais abrangente *Social systems* (1995).

Sustentar que o amor constitui um meio de comunicação simbólica generalizado significa, fundamentalmente, que ele aumenta a disposição para receber comunicações e assegura a interação entre o “alter” e o “ego”, dois atores que de outro modo não poderiam jogar um determinado jogo amoroso. Quer dizer, o “amor”, assim como o “poder” e a “confiança”, como Luhmann mostrou em outras investigações, são “meios de comunicação” mediante os quais se elaboram códigos simbólicos e processos de decisão reguladores da ação social a tal ponto que algo que era considerado até então uma anomalia pode se tornar um fato normal na sociedade.

Produto, antes de tudo, de uma elite, a nova ética amorosa encontra na comunicação de salão e na difusão dos textos impressos um dos seus principais registros. O surgimento desse código simbólico, o *amour passion*, argumenta Luhmann, está associado à própria liberdade de escolha, em especial por parte das mulheres, uma vez que os constrangimentos ligados à estrutura da estratificação social operante nas relações entre os amantes dão lugar, na modernidade, a um sistema diferenciado para as relações íntimas, no qual somente o “amor” justifica as escolhas. Por isso, para Luhmann, as “qualidades necessárias para amar e ser amado podem então, com base numa reciprocidade mais segura, ser trivializadas e tornadas dependentes de casos histórico-biográficos” (Luhmann, 1991, p. 35).

E porque as relações entre semântica e formação sistêmica são fundamentais, no caso da autodescrição do sistema de intimidade é central o papel desempenhado pela literatura de ficção, em especial a “literatura de segunda e terceira ordem” (*Idem*, p. 10). Isso porque, para Luhmann, os romances dos séculos XVII e XVIII lograram fixar e codificar comportamentos cruciais em ação na sociedade que concorreram para tornar bem-sucedidas as comunicações amorosas travadas no âmbito do sistema de intimidades em processo de diferenciação e autonomização. Em suma, o código “encoraja a formação de sentimentos correspondentes. Sem ele, a maioria, segundo La Rochefoucauld, jamais poderia ter acesso a tais sentimentos. E as inglesas, que procuram orientar-se por romances pré-vitorianos, têm até de esperar por sinais visíveis de amor disposto para o matrimônio, antes de poderem descobrir conscientemente o que é o amor” (*Idem*, p. 7). Os sistemas sociais, como sustenta Luhmann, só se tornam mesmo realidade por meio dos processos de comunicação, e foi o romance

que proporcionou o sucesso às comunicações improváveis, logrando fixar e codificar comportamentos amorosos que se encontravam já em ação na sociedade.

Apesar da apresentação muito resumida, esperamos ter sugerido como as perspectivas de Anthony Giddens e Niklas Luhmann, embora não estejam voltadas necessariamente para uma sociologia da literatura, permitem desenvolvimentos inovadores também nessa área de pesquisa. Cada uma a seu modo, elas destacam o papel da semântica na estruturação contingente da vida social, vista como um processo intersubjetivo de constituição de sentido e de construção do mundo: Luhmann propondo a reflexividade que os sistemas sociais fazem de si mesmos como condição mesma de sua autodescrição sistêmica; Giddens em uma versão altamente ontológica de teoria social, por sua vez, propondo que os atores sociais é que são reflexivos, e o são de modo a responderem criativamente ao contexto de estruturas em que se inserem.

Em ambos os casos, abrem-se novas perspectivas para repensar criativamente a relação literatura e sociedade como termos mutuamente implicados na relação reflexiva que formam, e não mais como externos ou precedentes um em relação ao outro. Não se trata, como procuramos mostrar, de substituir (ou inverter) uma concepção forte de primazia causal exclusivamente sociológica – que reduziria a literatura a “reflexo”, mais ou menos distorcido, da sociedade – por outra “culturalista” – que conceberia a cultura, à qual a literatura estaria subsumida, seja como uma variável independente na conformação das relações sociais, seja como variável dependente branda, cujo poder explicativo consistiria, no melhor dos casos, em participar na reprodução dessas relações –, mantendo intacto, contudo, o verdadeiro problema em jogo, que é o princípio de monocausalidade. Este é justamente o problema que, a nosso ver, a ideia de reflexividade permite enfrentar. Nesse sentido, as perspectivas de Giddens e Luhmann podem estabelecer pontos de partida consistentes para uma agenda renovada da sociologia da literatura, em que, fundamentalmente, a literatura seja vista mais como parte constitutiva e constituinte da estrutura de valores e das relações de poder implicadas nos processos ideológicos de construção do social do que como meros repertórios – seja como “reflexo” ou “fonte” de conhecimento desses processos. Quem sabe se, nesse passo, a própria “sociedade” possa perder a sua talvez confortável, mas certamente enganosa, aparência de estabilidade e volte, enfim, a constituir um problema propriamente sociológico também na sociologia da literatura e a partir dela. Essa é a nossa aposta.

Referências Bibliográficas

- ALBRECHT, Milton. (1954), "The relationship of literature and society". *American Journal of Sociology*, 5 (59): 425-436.
- ALTAMIRANO, Carlos & SARLO, Beatriz. (2001), *Literatura/sociedad*. Buenos Aires, Edicial.
- ANDERSEN, Hans Christian. (1845), "The Snow Queen". Disponível em http://hca.gilead.org.il/snow_que.html, consultado em 5/6/2016.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (2004), "Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação". *Tempo Social*, 1 (16): 107-119.
- BARRÈRE, Anne & MARTUCELLI, Danilo. (2009), *Le roman comme laboratoire: de la connaissance littéraire à l'imagination sociologique*. Villeneuve-d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion.
- BECKER, Howard. (1974), "Art as collective action". *American Sociological Review*, 6 (39): 767-776.
- BOTELHO, André. (2006), "Pensamento brasileiro e reflexividade social (questões de pesquisa)". In: PORTO, M. S. & DWYER, T. (orgs.). *Sociologia em transformação: pesquisa social no século XXI*. Porto Alegre, Tomo Editorial, pp. 77-86.
- _____. (2010), "Passado e futuro das interpretações do país". *Tempo Social*, 1 (22): 47-66.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *As regras da arte*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CHARTIER, Roger. (1994), *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília, Editora da UnB.
- _____. (2003), *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo, Editora da Unesp.
- CHARTIER, Roger & CAVALLO, Guglielmo (orgs.). (1998), *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo, Ática, vol. 1.
- CONNELL, Raewyn. (2007), *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social sciences*. Cambridge, Polity.
- DARNTON, Robert. (1982), "What is the history of books?". *Daedalus*, 3 (111): 65-83.
- EASTWOOD, Jonathan. (2007), "Bourdieu, Flaubert, and the sociology of literature". *Sociological Theory*, 2 (25): 149-169.
- ENGLISH, James F. (2010), "Everywhere and nowhere: the sociology of literature after 'the sociology of literature'". *New Literary History*, 2 (41): v-xxiii.
- FERGUSON, Priscilla *et al.* (1988), "Editors' introduction: mirrors, frames, and demons: reflections on the sociology of literature". *Critical Inquiry*, 3 (14): 421-430.
- FORSTER, Peter & KENNEFORD, Celia. (1973), "Sociological theory and the sociology of literature". *The British Journal of Sociology*, 3 (24): 355-364.
- FROW, John. (2010), "On midlevel concepts". *New Literary History*, 2 (41): 237-252.
- GIDDENS, Anthony. (2001), *O Estado-nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico*. São Paulo, Edusp.

- _____. (2002), *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (2003), *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- GREENFELD, Liah. (1987), "Russian formalist sociology of literature: a sociologist's perspective". *Slavic Review*, 1 (46): 38-54.
- GRISWOLD, Wendy. (1981), "American character and the American novel: an expansion of reflection theory in the sociology of literature". *American Journal of Sociology*, 4 (86): 740-765.
- _____. (1993), "Recent moves in the sociology of literature". *Annual Review of Sociology*, 19: 455-467.
- HALL, Stuart. (1992), "Cultural Studies and its theoretical legacies". In: GROSSBERG, Lawrence *et al.* (orgs.). *Cultural Studies*. Nova York, Routledge, pp. 277-294.
- ISER, Wolfgang. (1996), *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo, Editora 34.
- JAUSS, Hans Robert. (1994), *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo, Ática.
- LEPENIES, Wolf. (1996), *As três culturas*. São Paulo, Edusp.
- LUHMANN, Niklas. (1991), *O amor como paixão: para a codificação da intimidade*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil.
- _____. (1995), *Social systems*. Stanford, Stanford University Press.
- MCHOUL, Alec. (1988), "Sociology and literature: the voice of fact and the writing of fiction". *Australian and New Zealand Journal of Sociology*, 2 (24): 208-225.
- MCKENZIE, Donald F. (1986), *Bibliography and the sociology of texts*. Londres, British Library.
- MONTEIRO, Pedro Meira. (2011), "A impertinência da pertinência: reflexões em torno do pensamento sobre o Brasil nos Estados Unidos". *Lua Nova*, 82: 87-107.
- MORETTI, Franco. (2003), *Atlas do romance europeu: 1800-1900*. São Paulo, Boitempo.
- _____. (org.). (2009), *A cultura do romance*. São Paulo, Cosac Naify, vol. 1.
- PETERSON, Richard A. (1979), "Revitalizing the culture concept." *Annual Review of Sociology*, 5: 137-166.
- TURNER, Graeme. (2012), *What's become of cultural studies?* Londres, Sage.
- VERDAASDONK, Hugo. (1985), "Empirical sociology of literature as a non-textually oriented form of research". *Poetics*, 1-2 (14): 173-185.
- WAIZBORT, Leopoldo. (2007), *A passagem do três ao um*. São Paulo, Cosac Naify.
- _____. (2009), "Roberto Schwarz: entre forma literária e processo social". In: BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 406-417.
- WILLIAMS, Raymond. (1979), *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Resumo

Sociologias da literatura: do reflexo à reflexividade

A “sociologia da literatura” vem conhecendo maior pluralização de perspectivas que tornam a compreensão da literatura mais matizada em relação à ideia de “reflexo”, que marcou sua tradição de pesquisa, como indicam os balanços bibliográficos publicados nas últimas três décadas em periódicos de língua inglesa que analisamos neste artigo. Contudo, literatura e sociedade seguem sendo concebidos, em geral, como externos um ao outro, e não como reflexivamente relacionados. Mobilizando as perspectivas teóricas de Anthony Giddens e Niklas Luhmann para qualificar a ideia de reflexividade, argumentamos que elas podem constituir pontos de partida diferentes, mas igualmente consistentes para uma agenda renovada da sociologia da literatura.

Palavras-chave: Sociologia da literatura; Literatura e sociedade; Teoria do reflexo; Reflexividade.

Abstract

Sociologies of literature: from reflection to reflexivity

The recent pluralization of perspectives in sociology of literature has led to a more nuanced comprehension of literature in relation to the idea of reflection that has marked its research tradition, as indicated by the bibliographical accounts published in English in the last three decades which are analyzed here. However, literature and society are in general still conceived as external to each other, and not as forming a reflexive relationship. Drawing on the theories of Anthony Giddens and Niklas Luhmann in order to qualify the idea of reflexivity, the paper argues that they are different but equally consistent points of departure for a renewed agenda for sociology of literature.

Keywords: Sociology of literature; Literature and society; Reflection theory; Reflexivity.

Texto recebido em 19/10/2015 e aprovado em 19/10/2015. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2016.106017.

ANDRÉ BOTELHO é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: andrebotelho@digirotas.com.br.

MAURÍCIO HOELZ é pós-doutorando pela Faperj no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: mauriciohoelz@gmail.com.

